

# Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	3
1 Introdução.....	7
2 Globalização e a Ascensão das Organizações Criminosas Transnacionais.....	13
2.1 Como se Define a Organização Criminosa: Uma Delimitação Necessária .....	17
2.2 ORCRIM: Um Problema para Além das Fronteiras.....	24
2.3 Integração e Comunitarização.....	36
2.4 Instrumentos de Cooperação de Natureza Policial e Judiciária entre Estados no Enfrentamento à Criminalidade Transfronteiriça.....	40
2.4.1 Cartas rogatórias.....	41
2.4.2 Homologação de sentença estrangeira .....	43
2.4.3 Extradicação .....	44
2.4.4 Auxílio direto em matéria penal.....	45
2.4.5 Mandado Mercosul de Captura (MMC) .....	48
2.4.6 Redes de cooperação em matéria penal.....	49
3 Direito Internacional: Expansão e Multiplicidade dos Tribunais Internacionais Permanentes.....	53
3.1 Soberania e Efetividade na Consolidação dos Tribunais Internacionais.....	56
3.1.1 Conceito de soberania.....	57
3.2 Cortes e Tribunais de Justiça .....	64
3.2.1 Corte Internacional de Justiça (CIJ) .....	64

3.2.2 Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).....	66
3.2.3 Corte Centro-Americana de Justiça (CCAJ) .....	68
3.2.4 Tribunal de Justiça da Comunidade Andina (TJCA) .....	70
3.2.5 Tribunal de Justiça da União Africana (TJUA) .....	71
3.2.6 Corte de Justiça do Caribe (CJC) .....	74
3.3 Cortes ou Tribunais de Direitos Humanos.....	78
3.3.1 Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) .....	78
3.3.2 Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) .....	79
3.3.3 Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP).....	80
3.4 Tribunais Penais Internacionais.....	84
3.4.1 Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPIY) .....	88
3.4.2 Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) .....	89
3.4.3 Tribunais Penais Mistos (TPM).....	90
3.4.3.1 Tribunal Penal Internacional de Kosovo (TPIK) .....	93
3.4.3.2 Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina .....	95
3.4.3.3 Painéis Especiais por Crimes Graves no Timor-Leste.....	96
3.4.3.4 Tribunal Especial de Serra Leoa (TESL) .....	98
3.4.3.5 Tribunal Especial do Camboja (TEC) .....	99
3.4.3.6 Tribunal Especial do Líbano (TEL) .....	100
3.4.3.7 Câmaras Africanas Extraordinárias no sistema judiciário senegalês.....	102
3.4.3.8 Tribunal Especial do Iraque (TEI) .....	103
3.4.4 Tribunal Penal Internacional (TPI) .....	104
<b>4 Corte Penal do Mercosul (COPEM): Órgão Permanente do Mercosul .....</b>	<b>109</b>
4.1 Mercosul: Estrutura e Desafios para Aprofundar a Integração.....	110
4.2 Tribunal Arbitral <i>Ad Hoc</i> .....	114
4.3 Tribunal Permanente de Revisão (TPR) .....	115

4.4 COPEM: Proposta de Estrutura e Competência Material .....	117
4.4.1 Proposta para a competência da COPEM.....	117
4.4.1.1 Organizações criminosas .....	119
4.4.1.2 Tráfico internacional de drogas ilícitas .....	121
4.4.1.3 Tráfico internacional de pessoas .....	122
4.4.1.4 Contrabando de migrantes.....	125
4.4.1.5 Contrabando de armas.....	128
4.4.1.6 Corrupção internacional.....	129
4.4.1.7 Lavagem de dinheiro ou branqueamento de capitais .....	131
4.4.1.8 Crime de pirataria.....	132
4.4.1.9 Crime ambiental internacional (Ecocídio) .....	134
4.4.2 Princípios norteadores para as decisões da Corte	
Penal do Mercosul.....	139
4.4.2.1 Princípio da legalidade internacional.....	141
4.4.2.2 Princípio da primazia da jurisdição internacional.....	146
4.4.2.3 Princípio da não retroatividade e do ne bis in idem .....	149
4.4.2.4 Princípio da exclusão da responsabilidade	
penal dos menores de 18 anos .....	151
4.4.2.5 Princípio da hierarquia das fontes.....	153
4.4.2.6 Princípio da responsabilidade penal	
internacional individual .....	156
4.4.2.7 Princípio da prescritibilidade dos crimes de	
competência da Corte .....	159
4.4.2.8 Princípio do respeito aos direitos humanos	
internacionais .....	160
4.4.2.9 Princípio da humanidade das penas .....	163
4.5 Composição do Tribunal: Escolha dos Juízes e Duplo	
Grau de Jurisdição.....	165
4.6 Formação da Procuradoria e da Defensoria Pública	
Junto à COPEM .....	165
4.7 MERCOPOL: a Polícia Judiciária Junto à COPEM.....	167

4.8 Financiamento da COPEM e a Criação de um Fundo Internacional de Financiamento das Políticas de Prevenção e Proteção às Vítimas e Testemunhas .....	168
4.9 Eficácia das Decisões da COPEM .....	169
<b>5 Conclusões .....</b>	<b>171</b>
<b>Referências .....</b>	<b>177</b>